



Sumário Executivo

PESQUISA DE AVALIAÇÃO

DO PROGRAMA DE AÇÕES

ESTRUTURANTES NAS COMUNIDADES

REMANESCENTES DE QUILOMBOS

Núcleo de Pesquisas, Informações e Políticas Públicas da
Universidade Federal Fluminense - DataUFF
Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Brasília
Novembro de 2006

Sumário Executivo da Pesquisa de Avaliação do Programa de Ações Estruturantes nas Comunidades Remanescentes de Quilombos

Caracterização do foco

As iniciativas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em parceria com a Fundação Cultural Palmares (FCP) estão consolidadas no “Programa de Apoio às Comunidades Quilombolas”. Essas iniciativas caracterizam-se como “ações estruturantes” voltadas para viabilizar condições de geração de renda sustentável para comunidades remanescentes de quilombos com o intuito de superar situações de vulnerabilidade social e insegurança alimentar.

Com o objetivo de avaliar as ações estruturantes executadas foi realizada a Pesquisa de Avaliação do Programa de Ações Estruturantes nas Comunidades Remanescentes de Quilombos em 65 comunidades de 38 municípios localizados em 18 estados brasileiros. Durante as visitas feitas às comunidades aplicou-se um universo de 2.058 questionários. Além disto, foram realizadas 200 entrevistas em profundidade.

Resultados

Características socioeconômicas das comunidades

A grande maioria das comunidades quilombolas investigadas estão localizadas em áreas rurais. Cerca de 60% dos responsáveis pelos domicílios trabalham na agricultura, principalmente na qualidade de agricultores de subsistência. Foram encontrados poucos exemplos de trabalho comunitário ou de uso coletivo de áreas de produção. O nível de escolaridade desses responsáveis, de modo geral, é baixo, com 37,8% de não escolarizados.

Correspondem a 78,5% da amostra os domicílios cujos responsáveis se declaram de cor preta e parda. Cerca de 74% das famílias possuem renda mensal inferior a 1 (um) salário mínimo. Do ponto de vista da classe social pelo critério Brasil, a maior concentração de famílias está na Classe E (65%). As mulheres são as responsáveis por 37% dos domicílios inves-

tigados. A pesquisa encontrou uma situação de grande insegurança alimentar, na medida em que somente 30% das famílias afirmaram que a quantidade de alimentos consumidos ao mês é suficiente.

Comunidades contempladas e critérios para ordenamento do atendimento com a caracterização das modalidades de entrega e instalação dos equipamentos

A escolha das 150 comunidades deu-se por meio da conjugação dos seguintes critérios: comunidades com maior número de famílias; comunidades de difícil acesso e distantes das sedes dos municípios; comunidades com famílias de menor renda *per capita*; comunidades com maior número de famílias chefiadas por mulheres sozinhas; comunidades com maior índice de mortalidade infantil; comunidades lo-

calizadas em áreas de conflitos fundiários; e comunidades com maior número de famílias com filhos de zero a seis anos.

Com os recursos disponíveis foi possível adquirir 50 kits para casas de farinha, 30 kits de implementos agrícolas; 20 kits de equipamentos de pesca artesanal, 30 kits de equipamentos para desenvolvimento do artesanato e 20 kits de sistema de irrigação; totalizando 150 kits. Assim, respeitou-se a ordem demandada pelas lideranças das comunidades nas oficinas realizadas em novembro e dezembro de 2003, até um módulo de kits se esgotar e os módulos subsequentes serem preenchidos. No entanto, ocorreram casos em que a comunidade acabou por ser inserida em uma ação estruturante que não fazia parte das três prioridades indicadas durante a oficina.

Adequação dos equipamentos às necessidades das comunidades, grau de satisfação e o impacto nas condições socioeconômicas e de segurança alimentar

Na amostra investigada, somente cinco ações encontravam-se em efetiva utilização, seis estavam em utilização parcial e quatro kits de equipamentos não se encontravam nas comunidades. As demais ações, que totalizavam 41, se encontravam sem utilização e, conseqüentemente, sem possibilidade de produzir impactos¹. A não utilização dos kits vai além das dificuldades para viabilizar a infraestrutura necessária. Houve casos em que a ação estruturante recebida foi inadequada frente às características socioeconômicas e ambientais das comunidades. Em outros casos, embora a ação, em sentido amplo, fosse adequada, o tipo de equipamento recebido não se prestava à utilização, mais uma vez por conta de especificidades socioeconômicas e ambientais.

Houve também problemas de inadequação de infraestrutura. Mesmo nas comunidades em que as ações estavam em utilização de forma total ou parcial, os impactos identificados foram pequenos quando medidos por meio de indicadores como: renda familiar, área ou produção, quantidade de alimentos consumidos pela família e introdução de novos alimentos na dieta familiar. Somente no que tange à participação dos moradores nas reuniões das associações comunitárias verificou-se um impacto mais expressivo.

Cumprimento dos prazos e metas para a instalação dos equipamentos

Nas oficinas realizadas, entre novembro e dezembro de 2003, não houve definição de prazo ou meta para entrega ou instalação dos equipamentos. Os primeiros equipamentos foram adquiridos em dezembro de 2004, um ano após as oficinas. Durante todo o ano de 2005 foram adquiridos novos equipamentos e as últimas notas fiscais datam de dezembro de 2006, cerca de 24 meses após as oficinas terem sido realizadas.

No que tange à entrega, os primeiros equipamentos tiveram o termo de responsabilidade assinado em março de 2005 e durante todo o ano de 2006, novos equipamentos foram disponibilizados. Em algumas comunidades, como a de Oriximiná-PA, os termos de responsabilidade datam de janeiro e fevereiro de 2006. Já no caso das comunidades situadas em Santarém-PA, todos os equipamentos foram entregues em janeiro de 2006. Como decorrência de não ter sido estabelecido um prazo para a entrega e instalação dos equipamentos nas oficinas, houve um espaço de tempo relativamente grande até que os mesmos estivessem sob guarda das comunidades.

¹ Embora a amostra seja composta por 65 comunidades, a soma das ações estruturantes corresponde a 56, pois algumas comunidades dividem o mesmo kit de equipamentos.

Participação das mulheres nas atividades de geração de renda

Na medida em que somente um pequeno número de ações estruturantes se encontra em utilização é visível que o projeto não conseguiu gerar impactos no que tange à participação deste grupo nas atividades produtivas locais. Nas poucas si-

tuações em que os equipamentos estavam sendo utilizados, com exceção das máquinas de costura em utilização parcial na comunidade de Caiana dos Crioulos em Alagoa Grande-PB, eram prioritariamente os homens que os ligavam e os manuseavam.

Conclusões

1 – O mecanismo de escolha das 150 comunidades parece adequado na medida em que, frente à disponibilidade de recursos existentes, elegeu-se aquelas que reuniam características indicativas de maior vulnerabilidade social e insegurança alimentar;

2 – O mecanismo utilizado para discutir com as comunidades qual seria a melhor ação estruturante se mostrou incompleto;

3 – O processo centralizado de compra dos equipamentos trouxe problemas, em alguns casos insuperáveis, pois as ações estruturantes corresponderam a um rol fixo e pequeno de equipamentos para uma grande diversidade de contextos econômicos, ambientais e culturais;

4 – Poucos equipamentos estão sendo utilizados e os que estão têm gerado baixo impacto até o momento;

5 – Observou-se impactos no que refere-se ao aumento da participação dos moradores nas associações comunitárias após a utilização total ou parcial dos equipamentos;

6 – Não havia prazos ou metas definidos para a entrega e instalação dos equipamentos. No entanto, o tempo mínimo para chegada foi de aproximadamente 15 meses, e o tempo máximo foi de aproximadamente 26 meses. Quanto à instalação, no caso dos equipamentos que demandavam infraestrutura, esta de fato não ocorreu;

7 – Na medida em que poucas ações estruturantes estão em desenvolvimento não há

impactos na incorporação de mulheres na geração de renda. Mesmo quando houve utilização, total ou parcial dos equipamentos, esse impacto não ocorreu.

Proposta para qualificar a implementação das ações estruturantes nas comunidades quilombolas

Para futuras ações e programas com objetivos semelhantes ao que está sendo avaliado:

- Indica-se a colaboração das lideranças no processo de comunicação. No entanto devem ser criados mecanismos que permitam uma verdadeira participação dos membros das comunidades. Recomenda-se que programas deste tipo pressuponham a visita às comunidades de pelo menos um técnico do órgão responsável pela implantação da ação com o objetivo de realizar discussões e oficinas públicas, nas quais possam participar conjuntamente lideranças e comunidade;
- Recomenda-se que programas deste tipo invistam em especificidades produtivas locais, capazes de engendrar produtos passíveis de acessar nichos específicos do mercado de consumo;
- Sugere-se que programas deste tipo estabeleçam uma sólida vinculação, em todas as suas fases, às secretarias municipais e estaduais da área de assistência social e da área de agricultura. Recomenda-se, ainda, que estas ações estejam vinculadas

à operacionalização do SUAS nos municípios, estimulando, por meio das ações estruturantes, a implantação de CRAS em comunidades quilombolas;

- Indica-se que programas deste tipo estabeleçam processos de licitação descentralizados, incentivando a inclusão de empresas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) que fornecem equipamentos mais específicos, que não estão facilmente acessíveis no mercado.

Para a continuidade do atual programa, recomenda-se:

- Articulação imediata com executivos municipais e estaduais, por meio das secretarias da área de assistência social, visando proporcionar a inserção das ações estruturantes no contexto da proteção social e da segurança alimentar, com estímulo à criação de CRAS em comunidades quilombolas;

- Articulação imediata com executivos municipais e estaduais, através das secretarias de agricultura, visando proporcionar condições mínimas de infraestrutura e assistência técnica;

- Articulação imediata com órgãos de assistência técnica ou extensão rural, como a EMATER e o INCRA, e com entidades, como o SESI e o SENAI, bem como ONGs, a exemplo do Instituto Socioambiental (ISA) e da Cáritas, no sentido de construir uma rede de apoio às comunidades beneficiadas;

- Mapeamento imediato da situação dos equipamentos nas 150 comunidades, pois há casos de exposição a condições de tempo e degradação física dos mesmos que podem torná-los irrecuperáveis no futuro;

- Realocação de equipamentos nos casos em que a comunidade aponta a impossibilidade de uso no futuro.

Execução

Fundação Euclides da Cunha – FEC/
DataUFF

Coordenação Geral

André Augusto Pereira Brandão

Coordenadora Adjunta

Salete Da Dalt

Estatístico

Victor Hugo de Carvalho Gouvêa.

Assistentes de Pesquisa

Claudia Valéria Pimentel

Priscilla Caldellas

Coordenador de Área

Marco Aurélio Oliveira de Alcântara

Técnicos de Campo

AP – Handerson Luiz Ferreira Pinto

BA – Anísio José Pereira Filho

CE – Claudio Luiz Mendonça do

Nascimento

DF – Oswaldo Assis Rocha Neto

MA – Maria Flor Sousa Pinheiro

MG – Alexandre Lopes Rodrigues

PA – Naiara Silva Miranda

PB – Christina Gladys de Mingareli

Nogueira

PB – Giseuda do Carmo Ananias

PE – Amerivaldo Mario Barbosa

PE – Jacinaldo Santana Silva

PI – Francisca Raquel da Costa

RJ – José Luiz dos Santos Cotrim

RJ – Warner Versiani

RS – Cristina Gross Moraes

SC – Mara Nadja Pereira

SP – Julio César Goulart Rodrigues

SP – Thiago Crisan Silva Carvalho da

Silva

Unidades Responsáveis

Secretaria de Avaliação e Gestão da
Informação

Secretaria Nacional de Segurança

Alimentar e Nutricional

**Secretário de Avaliação e Gestão da
Informação**

Rômulo Paes de Sousa

Diretora de Avaliação e**Monitoramento**

Jeni Vaitsman

Coordenadora Geral de Avaliação e**Monitoramento de Demanda**

Leonor Maria Pacheco Santos

**Equipe de acompanhamento da
pesquisa**

Dionara Borges Andreani Barbosa

Lucélia Luiz Pereira

**Secretária Nacional de Segurança
Alimentar e Nutricional**

Onaur Ruano

Diretor de Apoio a Projetos Especiais

Marco Aurélio Oliveira de Alcântara

Coordenadora Geral de Apoio a**Grupos Vulneráveis**

Léa Rocchi Sales

Edição e Diagramação**Coordenadora Geral de Publicações****Técnicas/SAGI**

Monica Rodrigues

Arte e diagramação

Marcelo Rocha

Revisão

Katia Belisário Couto

Marina Pereira Novo

Roberta M. Rocha Barbosa Ferreira

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação**Departamento de Avaliação e Monitoramento**

Esplanada dos Ministérios | Bloco A | Sala 410

CEP: 70.054-906 Brasília | DF

Fone: 61 3433-1509 | Fax: 3433-1528

www.mds.gov.br/sagi